

Os conceitos de paz e violência cultural: Contribuições e limites da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos

The concepts of peace and cultural violence: contributions and limits of Johan Galtung's work for the analysis of violent conflicts

Felipe Tavares Paes Lopes

Universidade de São Paulo, ftplopes@yahoo.com.br

Historia editorial

Recibido: 19/06/2012
Primera revisión: 09/02/2013
Aceptado: 16/03/2013

Palabras clave

Paz
Violência
Cultura
Johan Galtung

Resumo

Neste trabalho, objetivo analisar as contribuições e limites dos conceitos de paz e violência cultural propostos por Johan Galtung para o estudo de conflitos violentos. Ao realizar tal análise, busco não apenas realçar suas vantagens e desvantagens, mas, também, reformulá-los de tal modo que não percam muito de seus sentidos originais e, ao mesmo tempo, escapem de algumas limitações teóricas iniciais. Mais exatamente, argumento em favor da substituição dos conceitos de violência e paz cultural por “o sentido a serviço da violência” e “o sentido a serviço da paz”, respectivamente.

Abstract

Keywords

Peace
Violence
Culture
Johan Galtung

In this paper, I aim to analyze the contributions and limits of the concepts of peace and violence proposed by Johan Galtung for the study of violent conflicts. In doing so, I try to emphasize not only their advantages and disadvantages, but also reformulate them in a way that they don't lose their original meanings. More specifically, I argue that instead of using the concepts of cultural violence and cultural peace, we should use the expressions “meaning in the service of violence” and “meaning in the service of peace”.

Introdução¹

As noções de paz e violência têm sido abordadas desde os primórdios da Filosofia. Hoje em dia, elas são estudadas pelas mais diversas disciplinas do conhecimento, como o Direito, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia e a Psiquiatria, além da própria Filosofia. Entre os autores que têm se debruçado sobre elas, Johan Galtung tem se destacado pela sua originalidade e profundidade teórica. Nascido em 1930, o sociólogo norueguês possui extensa produção e é um dos mais influentes estudiosos do assunto. Conforme destaca Juan Gutiérrez (1996/2003), qualquer pessoa que desponta nesse campo de investigação se encontra com alguma de suas teses, “com as que pode ou não estar de acordo, porém com as que é inevitável estabelecer um diálogo para poder elaborar e assumir uma abordagem própria” (p. 9, tradução própria).

Tavares Paes Lopes, Felipe (2013). Os conceitos de paz e violência cultural: Contribuições e limites da obra de Johan Galtung para a análise de conflitos violentos. *Athenea Digital*, 13(2), 169-177. Disponible en <http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneaDigital/article/view/Tavares>

¹ Agência de patrocínio: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Entre os inúmeros textos de autoria de Galtung, o artigo *Violencia, paz e investigación sobre la paz* (1969/1985) é um dos que tiveram maior repercussão. O ensaio suscitou múltiplos comentários e polêmicas na década de 1970 e continua sendo uma referência muito importante para as investigações sobre a paz. De acordo com Vincenç Fisas e Rafael Grasa (1985), a razão disto é simples: nesse ensaio, o autor rompe com a tradição secular de identificar a paz com a ausência de guerra – sendo esta entendida como uma forma orquestrada de violência e que, geralmente, conta com a participação de, ao menos, um ator: um governo. Tal ruptura provém do fato de ele não utilizar um conceito restrito de violência, que a reduz à agressão física e pessoal. Pelo contrário, Galtung introduz um novo enfoque analítico, mostrando “a diferença entre violência direta e estrutural, com a que definiu um sistema bipolar, que foi durante vinte anos determinante na investigação pela paz” (Gutiérrez, 1996/2003, p. 10, tradução própria). Essa diferença, assim como outras ideias desenvolvidas no ensaio, foi retomada e aprofundada por Galtung em diversos trabalhos monográficos. Muitos dos temas tratados nesses trabalhos estão reunidos no livro *Paz por medios pacíficos* (1996/2003)².

Resultado de exaustivos programas de investigação nas principais áreas das ciências da paz, o livro aborda, entre outras coisas, os aspectos simbólicos da existência que podem ser utilizados para justificar ou legitimar a violência, assim como aqueles que, inversamente, podem ser utilizados para justificar ou legitimar a paz. Ao abordar esses aspectos, Galtung (1996/2003) converte os dois polos que até então formavam o seu sistema de análise em um triângulo com três vértices: violência e paz direta, violência e paz estrutural e violência e paz cultural. De acordo com Gutiérrez (1996/2003), o desenvolvimento dos conceitos de paz e violência cultural é uma decorrência de uma mutação na obra do autor, que, após a queda do muro de Berlim, em 1989, passa a enfatizar novos tipos de conflitos, como os étnicos.

Hoje em dia, os conceitos de violência e paz cultural têm embasado e ensejado interessantes estudos sobre a cobertura midiática de conflitos violentos, como os ocorridos na Guerra do Iraque (Lynch & Mcgoldrick, 2005) ou como os referentes à imigração de fora da União Europeia na Espanha (Giró & Jarque, 2007). No entanto, a fertilidade desses conceitos não se esgota nos estudos sobre o papel dos meios de comunicação nesses conflitos. Eles podem, por exemplo, ser muito úteis para analisar os modos como a religião, a arte, o direito, a escola, a universidade etc. podem estimular a contenção ou acirramento da violência. Diante disso, parece ser oportuno o desenvolvimento de novas reflexões que tomem esses conceitos como objetos de investigação. Sendo assim, neste trabalho, analisarei suas contribuições e limites para o estudo de conflitos violentos.

Ao realizar tal análise, não tenho apenas a intenção de realçar as vantagens e desvantagens dos conceitos de paz e violência cultural de Galtung (1996/2003), mas, também, tenho a pretensão de preparar caminho para um enfoque mais amplo e construtivo. Não quero ir apenas às origens e desenvolvimentos desses conceitos, mas também buscarei reformulá-los, reconceitualizando-os de tal modo que não percam muito de seus sentidos originais e, ao mesmo tempo, escapem de algumas limitações teóricas iniciais. Para realizar tal reconceitualização, apoiar-me-ei nas reflexões de John B. Thompson (1990/2000) acerca das estratégias de construção simbólica. Antes de realizar tal análise, considero, todavia, ser pertinente oferecer um panorama das principais ideias e pressupostos que embasam a teoria de Galtung, enfocando sua definição inicial de paz e violência.

² Assim, como tal livro é uma espécie de antologia, reunindo em um só volume muitos dos temas que Galtung se ocupou durante décadas, considerei que, para os objetivos deste trabalho, não seria necessário recorrer a várias outras obras de sua extensa produção.

Os conceitos de paz e violência

Em *Violence, Peace and Peace Research*, Galtung (1969/1985) vincula as noções de paz e violência, compreendendo a primeira como ausência da segunda. Ou seja, para ele, a paz é a negação ou a redução de todo tipo de violência. Na sua perspectiva, esta concepção de paz se justifica uma vez que é simples e está de acordo com o uso corrente do termo, além de definir “uma ordem social pacífica não como um ponto, mas como uma região, como a vasta região das ordens sociais nas quais a violência está ausente” (p. 29, tradução própria). Região que, segundo ele, pode ser caracterizada por “uma tremenda abundância de variações, o que faz com que uma orientação em favor da paz seja compatível com numerosas ideologias que sublinham outros aspectos da ordem social” (p. 10, tradução própria).

Uma vez que compreende a paz como ausência de violência, Galtung (1969/1985) precisa, então, definir violência. No artigo supracitado, apresenta uma concepção de violência ao mesmo tempo ampla – a fim de incluir as variedades mais significativas do termo – e específica – a fim de servir de base para a ação concreta. Mais concretamente, define violência como:

A causa da diferença entre o potencial e o efetivo, entre aquilo que poderia ter sido e aquilo que realmente é. A violência é aquilo que aumenta a distancia entre o potencial e o efetivo, e aquilo que cria obstáculo para o decrescimento desta distância (p. 31, tradução própria).

Conforme exemplifica o autor, se uma pessoa morre de tuberculose no século XVIII, esta ocorrência dificilmente pode ser considerada uma violência, dado que ela era praticamente inevitável. Porém, se uma pessoa morre hoje de tuberculose, apesar de todos os recursos médicos disponíveis, então podemos dizer que, neste caso, existiu sim violência. De modo análogo, se hoje ocorre uma catástrofe natural, que não era possível prever, as mortes consequentes dessa catástrofe não podem ser compreendidas como uma violência. Agora, se essa catástrofe ocorrer num futuro, quando ela já for evitável, aí essas mortes poderão ser interpretadas como o resultado de uma violência. “Em outras palavras: quando o potencial é maior que o efetivo e ele for evitável, existe violência.” (Galtung, 1969/1985, p. 31, tradução própria).

Sendo assim,

Quando o efetivo é inevitável, não existe violência ainda que o efetivo esteja situado em um nível muito baixo. Uma esperança de vida de trinta anos, no período neolítico, não era uma expressão de violência; porém a mesma esperança de vida na atualidade (devido às guerras, à injustiça social, ou a ambas as coisas) deveria entender-se, segundo nossa definição, como violência. Assim, o nível potencial de realização é aquele que é possível com um nível dado de conhecimentos e recursos. Se o conhecimento e/ou os recursos estão monopolizados por um grupo ou uma classe, ou se são utilizados para outros propósitos, então o nível efetivo cai por debaixo do nível potencial, e existe violência no sistema. (Galtung, 1969/1985, pp. 31-32, tradução própria).

Conforme reconhece o próprio Galtung (1969/1985), o significado de “realização potencial” pode ser altamente problemático, principalmente quando nos distanciamos dos aspectos somáticos da vida – terreno que, de acordo com ele, é mais fácil obter algum acordo – e focamos outros aspectos, como o cultural. Neste caso, sugere que levemos em consideração se o que se deve realizar é ou não objeto de amplo consenso, ainda que, em sua opinião, isto não seja suficiente.

Por exemplo, o saber ler e escrever é uma coisa muito valorada quase em todas as partes, enquanto que o valor de ser cristão é muito suscetível de controvérsia. Assim, falaríamos de violência se o nível de alfabetização for menor do que o que poderia ser, porém não no caso de o nível de cristianização for inferior ao que poderia ser. (Galtung, 1969/1985, p. 33, tradução própria).

Embora suscite alguns problemas analíticos, a definição de violência proposta por Galtung evita uma tendência, prevalente na literatura acadêmica e também no senso-comum, de reduzir a violência à incapacidade somática ou à privação de saúde imposta intencionalmente por um agente determinado. Em outras palavras, evita reduzir a violência à apenas uma de suas formas: a violência direta e física. Conforme observa o autor, se a reduzimos a isto, corremos o risco de aceitar que praticas sociais inaceitáveis, a pesar de tudo, podem ser compatíveis com a paz. Se a paz é a negação da violência, e se ela é um ideal, então seria demasiadamente pouco rechaçar apenas a violência direta e física. É preciso, também, rechaçar outras formas de violência (Galtung, 1969/1985).

A violência psicológica, por exemplo, pode produzir tanto ou mais sofrimento humano do que a física, ainda que opere sobre a “alma” e não propriamente sobre o corpo³. Não podemos subestimar os efeitos (nocivos) das ameaças, da lavagem cerebral, das mentiras e dos diferentes tipos de doutrinação. O uso (e abuso) da palavra não fere somaticamente (ao menos de forma direta), mas pode servir para desinformar, manipular, controlar e estimular o ódio ou a indiferença. Conforme destaca Irene Vasilachis de Gialdino (2004),

As guerras destroem os laços solidários entre iguais porém as palavras também geram guerras, já que muitos indivíduos morrem ainda que permaneçam com vida porque são negados, ocultados, destruídos por detrás de representações, de imagens construídas sobre eles que produzem repulsão e rechaço em quem as recebem. As lutas, tanto materiais como simbólicas, através das quais se tenta colocar limites visíveis entre os que possuem os bens socialmente valorados e aqueles outros que carecem deles acabam por engendrar uma cada vez mais acentuada violência. Essas lutas terminam por elevar uns e por submeter outros ao esquecimento, a desesperança, ao abandono, por matar-lhes de outra morte, a da ignorância, a da negação de seu direito de uma vida digna. É mister recordar que dói tanto a ferida como o desprezo, a chicotada como a indiferença (pp. 110-111, tradução própria).

Além de chamar a nossa atenção para a violência não física, a conceituação de violência de Galtung (1969/1985) abre-nos, conforme sugeri acima, a possibilidade de refletirmos sobre um tipo de violência que não é pessoal, ou seja, que não é cometida diretamente por uma pessoa ou por um grupo de pessoas. Este tipo de violência não pessoal é sumamente significativo e é denominado por ele de “violência estrutural”. Tal violência constitui um dos aspectos centrais de sua obra e pode ser compreendida como uma violência indireta presente na injustiça social e que, nas suas palavras, “está edificada dentro da estrutura, e se manifesta como um poder desigual, e conseqüentemente como oportunidades de vida distintas.” (p. 36, tradução própria). Assim como a violência pessoal, a violência estrutural pode ser tanto física quanto não física, no entanto, diferentemente da primeira, ela não possui uma clara relação sujeito-ação-objeto, embora esta relação exista. A violência estrutural, como o próprio nome indica, está impressa na estrutura.

³ Aqui, cabe observar que, embora trace uma linha divisória entre a violência física e a psicológica, Galtung (1985) observa que esta linha não é muito clara. Afinal, de acordo com ele, é possível influenciar os movimentos físicos por meio de técnicas psicológicas e vice-versa.

Assim, quando um marido golpeia sua mulher temos diante de nós um caso claro de violência pessoal; porém se um milhão de maridos mantém um milhão de mulheres na ignorância estamos lidando com uma violência estrutural. Igualmente, em uma sociedade em que a esperança de vida das classes superiores é o dobro das inferiores, a violência está sendo exercida, ainda que não haja atores concretos aos que se possam assinalar como atuantes de outras pessoas, como sucede quando uma pessoa mata outra. (Galtung, 1969/1985, p. 39, tradução própria).

Sem dúvida, o conceito de violência estrutural pode ser interpretado, em termos discursivos, como uma forma de nominalização, que, no caso, esconderia a autoria de atos efetivos de injustiça social, representando-os como acontecimentos que ocorreriam na ausência de um sujeito. No entanto, afirmar que a relação sujeito-ação-objeto não é clara não significa, necessariamente, afirmar que ela não exista, como se a referida violência fosse um acontecimento de tipo permanente, natural e atemporal. Mas significa afirmar que a (enorme) diversidade de fatores que a influenciam não pode (e não deve) ser facilmente domesticada em um esquema simplificador de causalidade direta, sob o risco de se perder de vista a complexidade do fenômeno. Parafraseando Bruno Latour (2005/2008), o fato de atores (sejam eles humanos ou não) incidirem sobre ações estruturalmente violentas não significa que eles a determinem diretamente. Afinal, “existem muitos matizes metafísicos entre a plena causalidade e a mera inexistência: além de ‘determinar’, ou de ‘servir como pano de fundo para a ação humana’, as coisas podem autorizar, permitir, sugerir, dar recursos, influenciar, proibir, bloquear” (Spink & Cordeiro, 2009, p. 229).

De acordo com Galtung (1969/1985), enquanto a violência pessoal é mais visível, a violência estrutural costuma ser mais silenciosa. Às vezes, pode parecer tão natural quanto o ar que respiramos e, por esta razão, é mais difícil de ser percebida. Escreve o autor: “o objeto da violência pessoal percebe usualmente a violência, e pode queixar-se; porém o objeto da violência estrutural pode ser persuadido para não vê-la em absoluto.” (p. 43, tradução própria). A violência pessoal, portanto, representa, em geral, mudança e transformação; já a estrutural é essencialmente estática. Na sua metáfora: a última é água tranquila enquanto a primeira são ondas em águas em que em outras circunstâncias seriam tranquilas.

Diferentemente do que poderíamos imaginar num primeiro momento, para Galtung (1969/1985), não existe uma interdependência empírica entre esses dois tipos de violência. Afinal, segundo ele, existem sociedades estruturalmente violentas que não necessitam da violência pessoal nem da ameaça de violência pessoal. Igualmente existiriam pessoas que parecem ser violentas em quase todos os contextos estruturais. Dado que a discussão da existência ou não dessa interdependência é complexa e escapa dos limites deste trabalho, não me alongarei no tema. Todavia, não posso deixar de sublinhar que a posição de Galtung parece-me problemática, dado que ela envolve certa naturalização das estruturas sociais. Afinal, advogar que uma sociedade pode ser estruturalmente violenta, com independência das pessoas que a constituem, pressupõe que as assimetrias e diferenças que a caracterizam não são o produto de atividades humanas, mas sim acontecimentos de um tipo quase natural. De forma similar, defender a existência de um grupo de pessoas com uma “propensão violenta” pressupõe que o comportamento dessas pessoas é o resultado inevitável de suas características fisiológicas, ofuscando seu caráter sócio-histórico. De qualquer forma, independentemente de haver ou não essa interdependência, o trabalho pela paz consistiria em justamente reduzir essas violências por meios pacíficos. Já as ciências da paz (*peace research*) seriam o estudo das condições desse trabalho.

Em produções mais recentes, Galtung (1996/2003) dá um giro nessas ciências e reconhece que a paz possui dois lados: um positivo e outro negativo. Com isso, amplia a conceituação do termo e propõe uma segunda definição de paz, que não deixa de ser compatível com a primeira. Além de ausência de violência, a paz seria também a transformação criativa e não violenta do conflito, espécie de desdobrar da vida: seu alargamento e aprofundamento. Esta segunda definição é mais dinâmica do que a primeira, e está orientada em direção ao conflito e não somente à violência. Por esta razão, aqui, “para conhecer a paz temos que conhecer o conflito e saber como é possível transformá-lo, tanto de maneira não violenta como de maneira criativa.” (p. 31, tradução própria). E é o conhecimento dos novos conflitos decorrentes da queda do muro de Berlim que fazem Galtung refletir sobre um tipo de violência que, até então, não havia sido abordado por ele: a violência cultural. Violência que tem como seu oposto a paz cultural.

Os conceitos de paz e violência cultural

De acordo com Galtung (1996/2003), o conceito de violência cultural refere-se aos aspectos da cultura, ao “âmbito simbólico da nossa existência (materializado na religião e ideologia, língua e arte, ciências empíricas e ciências formais –lógica, matemáticas –), que são utilizados para justificar e legitimar a violência, seja ela pessoal ou estrutural.” (p. 261, tradução própria). Inversamente, a paz cultural refere-se aos “aspectos de uma cultura que servem para justificar e legitimar a paz direta e a paz estrutural.” (Galtung, 1996/2003, p. 261, tradução própria). Por exemplo, estrelas, cruzeiros, cartazes, bandeiras, hinos, obras de arte etc. podem servir tanto para legitimar a violência quanto a paz. Tratam-se, portanto, de aspectos da cultura que podem ser classificados tanto como formas de violência cultural quanto de paz cultural. Notemos, aqui, que Galtung fala em “aspectos da cultura”. Dificilmente podemos classificar uma cultura em sua totalidade como violenta ou pacífica, por esta razão o autor prefere a expressão “o aspecto A da cultura C é uma amostra de violência cultural” frente a estereótipos culturais como ‘a cultura C é violenta’” (p. 261, tradução própria).

Ao desenvolver os conceitos de paz e violência cultural, Galtung (1996/2003) reestabelece a dimensão da cultura no próprio “coração” dos conflitos violentos. Longe de ser um acontecimento objetivo, de tipo natural, o processo de formação, manutenção ou transformação desses conflitos está intrinsecamente relacionado ao âmbito simbólico. Por exemplo, dificilmente poderíamos compreender a ascensão do nazismo sem compreendermos como que a propaganda nazista conseguiu legitimar e justificar o extermínio em massa. No entanto, embora sejam férteis analiticamente, esses conceitos são demasiadamente limitados. Isto se deve ao fato de Galtung (1996/2003) colocar a legitimação como um modo de operação necessário deles, quando esse modo de operação é apenas uma possibilidade contingente. Em outras palavras, tal como são definidos pelo autor, esses conceitos são demasiadamente restritos pois fazem crer que as formas simbólicas estão a serviço da paz ou da violência (direta ou estrutural) somente quando ajudam a representar esses estados como legítimos, isto é, como justos e dignos de apoio (Thompson, 1990/2000). Mas penso que não é essencial que essas formas representem esses estados de tal maneira para que elas sejam culturalmente violentas ou pacíficas.

Tomando como base as análises de Thompson (1990/2000) acerca das estratégias de construção simbólica, podemos visualizar outras maneiras de aspectos culturais contribuírem para o estabelecimento da paz ou da violência: eles podem operar, por exemplo, através da unificação, da fragmentação, da dissimulação e da reificação⁴. A título de exemplo: no Brasil, existem leis que visam

⁴ Em circunstanciais particulares, esses modos de operação podem sobrepor-se e reforçar-se mutuamente. Por exemplo, a fragmentação, através da estratégia do expurgo do outro, “muitas vezes, sobrepõe-se com estratégias que têm como fim a unificação, pois o inimigo é tratado como desafio, ou ameaça, diante do qual as pessoas devem se unir” (Thompson, 1990/2000, p. 87).

combater a discriminação contra pessoas com deficiência, como a chamada “Lei de Cotas”. Esta determina que empresas com cem ou mais funcionários devem preencher de dois a cinco por cento de seus cargos com beneficiários reabilitados e/ou pessoas com deficiência. Embora essa lei vise promover a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, frequentemente, ela produz práticas excludentes. Há, por exemplo, empresas que contratam pessoas com deficiência apenas para não pagar multas. Algumas consideram que esses funcionários são tão inúteis que os pagam para ficar em casa. Outras lhes atribuem funções que estão muito aquém de sua formação e capacitação. Não é raro encontrarmos, por exemplo, “cadeirantes” com formação superior e conhecimento de idiomas estrangeiros trabalhando como telefonistas. Nesse sentido, podemos dizer que, ainda que não legitime a discriminação, a lei em questão enseja práticas laborais que estabelecem diferenças entre pessoas com e sem deficiência, “apoando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes” (Thompson, 1990/2000, p. 87).

A análise de Pedrinho Guareschi (1999) sobre o *Casseta & Planeta*, um programa humorístico da televisão brasileira, também pode auxiliar na compreensão do argumento. Em tal programa, o cenário político do Brasil é mostrado de forma pejorativa. Por meio da ironia e do deboche, critica-se, sistematicamente, o envolvimento de políticos com a prática da corrupção. Neste sentido, podemos afirmar que o referido programa não legitima essa forma de violência contra a população brasileira; pelo contrário, deixa claro que ela é indigna de apoio. Todavia, segundo o autor, tal rotulação reforça sobremaneira a avaliação já negativa que a população brasileira possui a respeito dos políticos e da política em geral, o que pode ser extramente contraproducente. Afinal, conforme sustenta, dificilmente alguém (bem-intencionado) é motivado a entrar para grupos onde as pessoas são sabidamente desonestas e só agem em causa própria, o que pode afastar esse tipo de pessoa da ação e da militância política. Consequentemente, ao expurgar os políticos, é possível que tal programa esteja ajudando a manter intacta a estrutura da política brasileira. Neste caso, o que sustenta a violência (no caso, a corrupção), portanto, não é o apoio dado a ela, mas sim a generalização do expurgo.

As análises de Teun van Dijk (2008) sobre o racismo também são ilustrativas. Segundo o autor, uma vez que as normas e valores gerais (e, muitas vezes, a própria lei) proíbem formas explícitas de racismo, e uma vez que a maioria das pessoas está consciente dessas restrições sociais e, até certo ponto, compartilha e reconhece essas restrições, o discurso racista contemporâneo tende a apresentar negações ou, ao menos, mitigações do racismo. Assim, ao invés de se posicionar explicitamente a favor do preconceito, da discriminação, da escravidão ou de qualquer outra forma de violência étnica ou racial, esse discurso tende a abordar, persuasivamente, o *status quo* como étnico e racialmente “democrático” e não como algo profundamente injusto e violento. Neste caso, a violência contra grupos étnicos não é estabelecida e sustentada pelo fato de ser abertamente defendida e legitimada, mas pelo fato de ser ofuscada ou, simplesmente, negada, como se ela não existisse realmente.

Há muitos exemplos bastante conhecidos desses processos. Em relação ao processo de ofuscamento, ele pode ser notado, por exemplo, quando “desigualdades institucionalizadas, baseadas em divisões étnicas, são descritas como ‘desenvolvimento paralelo’; [quando] trabalhadores estrangeiros sem direitos de cidadania são descritos como ‘trabalhadores hóspedes’” (Thompson, 1990/2000, p. 84). Já o processo de negação pode ser visto, por exemplo, quando escutamos um falante branco defender a si mesmo e ao seu grupo racial como um todo proferindo algo do tipo: “não somos racistas”, apesar de inúmeras evidências contrárias. Este tipo de negação é, segundo Van Dijk (2008), extremamente pernicioso e contribui para a construção do consenso branco dominante. Tanto neste exemplo quanto no anterior, a violência racial não é, vale reforçar, apoiada diretamente. Pelo contrário, ela é, em certa

medida, deslegitimada, escapando do alcance do conceito de violência cultural tal como é definido por Galtung.

O exame dos modos de operação do racismo contemporâneo chama, portanto, nossa atenção para algumas outras maneiras como o sentido pode alimentar a violência (direta ou estrutural) sem necessariamente legitimá-la. Há inúmeros modos em que o sentido pode, em condições sócio-históricas específicas, estabelecer e sustentar a violência. De modo análogo, há inúmeros modos em que ele pode contribuir com a paz. Sendo assim, considero útil a ampliação dos conceitos de violência e paz cultural para “o sentido a serviço da violência” e “o sentido a serviço da paz”, respectivamente⁵. Com isso, é possível tornar a legitimação apenas um dos modos de operação da violência e paz cultural e não parte constitutiva dessas conceituações. A partir dessas reformulações conceituais, a violência cultural passaria a se referir àqueles aspectos da cultura que estabelecem e sustentam formas de violência direta ou estrutural. Já a paz cultural, àqueles que estabelecem e sustentam formas de paz direta ou estrutural. Parafraseando Thompson (1990/2000), com estabelecer, quero dizer que aspectos culturais podem criar ativamente e instituir a violência ou a paz e, com sustentar, quero dizer que eles podem servir para manter e reproduzir a paz ou a violência.

Ao destacar o caráter eminentemente ativo da cultura na constituição da paz ou da violência, a reformulação proposta joga luz sobre um aspecto pouco explorado por Galtung (1996/2003). Quando o autor volta a sua atenção para o papel do âmbito simbólico em conflitos violentos, o que parece lhe interessar, primeiramente, são as maneiras como aspectos culturais servem para justificar e legitimar um conjunto de relações pacíficas ou violentas que já foram anteriormente estabelecidas. No entanto, longe de apenas manter essas relações, as formas simbólicas ajudam a criá-las. Os conflitos violentos não são estabelecidos antes e independentemente dos sentidos mobilizados pela cultura, como se eles pudessem ocorrer em um nível pré-simbólico. Ao contrário, conforme observa Thompson (1990/2000), “as formas simbólicas estão, contínua e criativamente, implicadas nas constituições das relações sociais como tais” (p. 78). Ou seja, a paz e a violência cultural não são apenas constitutivas, mas, também, constituintes da paz e violência (direta e estrutural), respectivamente.

Considerações finais

Neste trabalho, busquei analisar as contribuições e limites dos conceitos de paz e violência cultural para o estudo de conflitos violentos. Ao fazer isto, tive a intenção de preparar caminho para a reformulação desses conceitos, de tal modo que eles evitassem algumas limitações impostas pelas definições propostas por Galtung (1996/2003). Certamente, a reformulação desses conceitos pode ser considerada como ingênua ou, pior, como um atrevimento indevido. No entanto, gostaria de lembrar que, conforme afirma o próprio Galtung, quando desenvolvemos um estudo científico, uma de nossas principais tarefas deve ser nos libertar de uma das mais nefastas formas de violência: a violência cultural acadêmica. Por mais que ocupe um lugar central no desenvolvimento do pensamento social e político, nenhuma obra ou conceito está imune de críticas e reformulações. Em última instância, é a discórdia que estimula a reflexão e o debate de ideias.

⁵ Estas definições de paz e violência cultural têm inspiração na definição de ideologia de Thompson (1990/2000). Para o autor, ideologia é o sentido a serviço da dominação, sendo que uma situação pode ser descrita como de dominação “quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente, e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes, ou a grupos de agentes, independentemente da base sobre a qual tal exclusão é levada a efeito” (p. 80). Assim definida, a ideologia pode ser entendida como uma forma particular de violência cultural: aquela que está a serviço da violência estrutural.

Referências

- Fisas, Vincenç & Grasa, Rafael (1985). Prólogo. In Johan Galtung, *Sobre la paz* (pp. 7-23). Barcelona: Editorial Fontamara.
- Galtung, Johan (1969/1985). *Sobre la paz*. Barcelona: Fontamara.
- Galtung, Johan (1996/2003). *Paz por medios pacífico: paz y conflicto, desarrollo y civilización*. Bilbao: Bakeaz.
- Giró, Xavier & Jarque, José Manuel (2007). El discurso editorial sobre inmigración de El País, La Vanguardia, El Periódico y Avui, desde El Ejido hasta la cumbre europea de Sevilla (1999-2000). In Ricard Zapata-Barbeiro & Teun Van Dijk (Eds.), *Discursos sobre la inmigración en España: los medios de comunicación, los parlamentos y las administraciones* (pp. 17-44). Barcelona: Fundació CIDOB.
- Guareschi, Pedrinho (1999). De como rir de nós mesmos – análise da política no programa “Casseta & Planeta”. In Andréia F. Silveira, Catarina Gewehr, Luiz Fernando R. Bonin & Yara L. M. Bulgacov (Org.), *Cidadania e participação social* (pp. 197-232). Porto Alegre: ABRAPSOSUL.
- Gutiérrez, Juan (1996/2003). Prólogo. In Johan Galtung, *Paz por medios pacífico: paz y conflicto, desarrollo y civilización* (pp. 9-14). Bilbao: Bakeaz.
- Latour, Bruno (2005/2008). *Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red*. Buenos Aires, Argentina: Manantial.
- Lynch, Jake & McGoldrick, Annabel (2005). *Peace journalism*. Stroud: Hawthorn Press.
- Spink, Mary Jane P. & Cordeiro, Mariana Prioli (2009). Psicologia social: a diversidade como expressão da complexidade. In Mauricio Rodrigues de Souza & Flávia Cristina Silveira Lemos (Eds.), *Unidade na diversidade* (pp. 219-234). São Paulo: Escuta.
- Thomson, John B. (1990/2000). *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa* (4a ed.). Petrópolis: Vozes.
- Van Dijk, Teun A. (2008). *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto.
- Vasilachis de Gialdino, Irene (2004). El lenguaje de la violencia en los medios de comunicación. Las otras formas de ser de la violencia y de la prensa escrita. In Programa De Las Naciones Unidas Para El Desarrollo (Comp.), *Aportes para la convivencia y la seguridad ciudadana* (pp. 109-161). San Salvador: PNUD.



Este texto está protegido por una licencia [Creative Commons](#).

Usted es libre de copiar, distribuir y comunicar públicamente la obra bajo las siguientes condiciones:

Reconocimiento: Debe reconocer y citar al autor original.

No comercial. No puede utilizar esta obra para fines comerciales.

Sin obras derivadas. No se puede alterar, transformar, o generar una obra derivada a partir de esta obra.

[Resumen de licencia](#) - [Texto completo de la licencia](#)